



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

AGOSTO • 1991

EXTRA

Não se pode comprometer o amanhã

A PETROBRÁS vive um grave momento. O Governo Federal acaba de indicar o quarto presidente da Companhia, num período de um ano e cinco meses. O Eng. Alfeu de Melo Valença foi levado a solicitar demissão, após permanecer no cargo, somente por quatro meses. Em todo e qualquer país estas mudanças tão frequentes de administração causariam fortes reações na sociedade. Afinal, como é possível gerir uma empresa do porte e da importância da PETROBRÁS, alternando-se, a todo instante, sua direção e, conseqüentemente, seus rumos?

Na França e na Itália, dentre outros países, desde o final da década de sessenta, foi conferida autonomia às empresas estatais, após o estabelecimento de metas a serem cumpridas. Os dirigentes dessas empresas cumprem seus mandatos, apesar das alterações no governo. Afinal, os interesses de uma Nação devem estar acima dos interesses de governos.

Mas, por que saiu o presidente da PETROBRÁS? Oficialmente, por divergências administrativas.

Pela imprensa, por sentir-se sem condições de aceitar, em época de dissidio, um reajuste de 35,2% nos salários atuais dos empregados, conforme imposto pelo governo, contra um índice, apurado pelo DIEESE, de 146%, ou 118% pelo IGP/FGV, para recompor os salários corroídos pela inflação do período.

Outra razão, também mencionada pela imprensa e, não menos importante, foi o corte de US\$ 1,6 bilhão, reduzindo os investimentos da Companhia, previstos para 1992, de US\$ 4,2 bilhões para US\$ 2,6 bilhões. Esta drástica redução nos investimentos inviabiliza, mais uma vez, a meta de um milhão de barris por dia em 1994.

Na nossa opinião há ainda razões adicionais:

1) Impossibilidade, diante das posições intransigentes do Governo, de



adotar medidas capazes de impedir a eclosão de uma greve não desejada pelos trabalhadores nem pela sociedade brasileira.

2) Novas investidas visando à quebra do monopólio começando, de imediato, pelo gás natural.

Poder-se-ia argumentar que as medidas visam à redução do "deficit" público. Ledo engano. A PETROBRÁS não depende de um centavo sequer de recursos governamentais. Pelo contrário, em 1990, a Companhia recolheu o equivalente a US\$ 1,24 bilhão em impostos e US\$ 1,2 bilhão em encargos sociais. Além disso, pagou US\$ 116 milhões em "royalties", beneficiando nove estados e 450 municípios brasileiros, e a Marinha de Guerra.

Vale lembrar ainda que a PETROBRÁS tinha a receber do Governo Federal US\$ 2,573 bilhões, segundo balanço do primeiro semestre de 1991. Deste total US\$ 801 milhões são de dívidas de fornecimento de combustíveis a empresas governamentais e US\$ 1,772 bilhão do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), dos quais US\$ 1,266 bilhão da conta petróleo, US\$ 101 milhões do Frete de Uniformização de Preços (FUP) e US\$ 405 milhões da Conta Álcool. Deduzidos US\$ 458 milhões do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), US\$ 9 milhões do Adicional de Frete de Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) e US\$ 67 milhões de contribuição social resulta uma dívida líquida

do Governo para com a PETROBRÁS de US\$ 2,039 bilhões. Nenhuma providência tem sido tomada, apesar de manifestações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da CPI da PETROBRÁS do Congresso Nacional.

Quais as conseqüências para o país desse corte de investimentos? Significa não atingir a meta de 1 milhão de barris de petróleo por dia em 1994, aumentando a dependência energética brasileira, tornando o país mais vulnerável a conflitos externos, como o recente episódio do Golfo Pérsico. Se nada for investido, a produção interna declinará para 350 mil barris por dia em 1994.

O Brasil, na questão do petróleo, só tem duas opções: ou produz internamente, gerando empregos no país e tornando-se mais autônomo e soberano, ou importa, criando empregos no exterior, despendendo moeda forte e aumentando a dependência externa. Como a PETROBRÁS compra 93% de tudo o que necessita no mercado interno, o brutal corte nos investimentos atingirá 3 milhões de empregos indiretos, 2000 empresas fornecedoras de materiais e equipamentos e 5000 prestadoras de serviço, representando cerca de 10% do PIB nacional.

No momento em que o próprio Governo, afrontando a Constituição Brasileira, investe contra o monopólio estatal do petróleo; de forma drástica anula a autonomia da Companhia; promove a redução da sua capacidade de investir, comprometendo, irremediavelmente, a meta de um milhão de barris de óleo por dia; induz a saída dos melhores técnicos da PETROBRÁS, pelo aviltamento salarial, a sociedade brasileira e o Congresso Nacional necessitam refletir sobre a gravidade da situação e de seus impactos, e adotar ações, para que não se comprometa o amanhã.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1991.

Associação dos Engenheiros da Petrobrás — AEPET

Aepet manda carta a Valença

A Aepet encaminhou a seguinte carta ao ex-presidente de PETROBRÁS Alfeu de Melo Valença:

"Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1991

Presidente ALFEU DE MELO VALENÇA

É muito grato à Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS — AEPET, entidade que congrega cerca de 6000 profissionais dos vários níveis universitários do SISTEMA PETROBRÁS, no momento em que V.Sa. deixa, espontaneamente, o elevado cargo de Presidente da Companhia, registrar os relevantes serviços que tem prestado à nossa Empresa.

Mediante concurso público V.Sa. ingressou nos quadros da PETROBRÁS, e desde as primeiras funções exercidas, até hoje, o seu desempenho foi marcado pela dedicação ao trabalho e pela compreensão da importância da PETROBRÁS para o desenvolvimento econômico do país.

Foi assim, por mais de 20 anos, nos cargos de engenheiro, Superintendente da Região de Produção do Sudeste e do Departamento de Produção, Diretor das Áreas de Produção e de Engenharia, Assessor da Presidência da PETROBRÁS e Presidente da PETROBRÁS.

Também a esta última posição foi V.Sa. alçado pelo reconhecimento de sua capacidade e dos serviços anteriormente prestados.

Ninguém desconhece com tem sido decisiva a sua contribuição para o enorme crescimento da produção brasileira de petróleo, mais do que quadruplicada na última década.

Também foi expressiva sua atuação na Presidência da PETROBRÁS, mantendo o diálogo com o seu corpo técnico e tomando as providências iniciais para assegurar a meta de um milhão de barris por dia em 1994.

Por tudo isso, é de lamentar-se haja V.Sa. se exonerado da Presidência de nossa Empresa. É que pôde o ilustre colega verificar como o Governo, mais uma vez, se contradiz, pretendendo passar para a opinião pública a tese da livre negociação entre empresários e trabalhadores e, ao mesmo tempo, determinando, impondo, no reajuste dos salários da PETROBRÁS, um índice que não corresponde à defasagem atual.

Quem sabe se essa maneira de esmagar a autonomia de gestão da Empresa — compelindo os trabalhadores a uma greve, por eles não desejada — não esconde o objetivo de desacreditar a PETROBRÁS perante a opinião pública?

Não será esse mesmo o propósito do Governo quando brutalmente corta os in-

vestimentos indispensáveis ao aumento da produção de petróleo capaz de assegurar a auto-suficiência nacional?

Provocação de greves, pela intransigência em negociar um percentual justo, capaz de repor as perdas salariais, e corte de investimentos, de retorno plenamente assegurado, somente contribuem para por em risco o abastecimento nacional.

Mais uma vez, o próprio Governo cria obstáculos à concretização da meta de um milhão de barris por dia, a ser atingida em 1994.

No fundo, o que transparece dos fatos é o intuito, já ostensivo, de desmoralizar a PETROBRÁS, na impatriótica intenção de privatizá-la, extinguindo o monopólio do Estado Brasileiro, conquista da consciência cívica da Nação, de tal forma que foi sagrada não somente no texto da Lei 2004/53 mas ainda nas duas últimas Constituições do país.

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS, que o saudou, ao assumir a PRESIDÊNCIA da Companhia, tem o prazer de renovar os seus parabéns, no momento em que o prezado companheiro, demonstrando desapego a posições, deixa o cargo numa conduta digna e elevada.

Atenciosas Saudações.

DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS — AEPET

Alfeu denuncia manobra para prejudicar Petrobrás

O GLOBO-Domingo, 25 de agosto de 1991 — ECONOMIA

Ramona Ordóñez

Em defesa da Petrobrás e do monopólio do petróleo no País. Estes foram os motivos reais que levaram Alfeu Valença a escrever sua carta de demissão do cargo de Presidente da Petrobrás, na noite do dia 20, e a enviá-la, por fax, a Brasília, na manhã do dia seguinte. Essa revelação, exclusiva, foi feita por Alfeu Valença ao GLOBO, ao explicar que saiu não pelo índice de reajuste salarial de 30% autorizado pelo Governo, "mas pelo que está por trás dele".

Para Alfeu Valença, a proposta salarial de apenas 30% vai levar os petroleiros a fazer greve, desmoralizando a empresa. O desgaste da imagem da Petrobrás perante a opinião pública facilitará no seu entender, sua privatização proposta no Projeto de Governo. E isso ele deixou claro, também, em seu discurso aos empregados durante solenidade de transmissão do cargo realizada na sexta-feira.

— Saio mais por razões de preservação e respeito aos colegas da casa do que por qualquer índice de reajuste salarial.

A Petrobrás vive o dilema de ter descoberto reservas importantes de petróleo e com isso poder desenvolver projetos que poderiam aumentar a produção nacional, e contribuir de forma importante para a retomada do crescimento econômico, mas não poder executá-los. Para deslançar esses projetos, que se tornariam auto-sustentáveis após os primei-



ros três anos de investimentos, a empresa precisa de recursos, via principalmente, preços dos combustíveis. Só no próximo ano precisava investir US\$ 4,2 bilhões.

Porém, a política de ajuste da economia do Governo Federal limita e controla os preços dos combustíveis devido aos seus reflexos na inflação. Essa dificuldade de investir é justamente um dos fortes argumentos usados pelos que defendem o fim do monopólio: já que a Petrobrás não tem capacidade de investir, é preciso deixar que outros invistam.

O Ministro da Infra-Estrutura, João Santana, havia acertado com Alfeu Valença

apresentar, naquela terça-feira, em reunião do Ministério da Economia, a proposta de reajuste de 80% nos salários dos petroleiros. O Ministro da Economia, Marclio Marques Moreira, disse que só autorizava os 30%. Alfeu disse que esse índice era uma vergonha e que não se pode comparar a Petrobrás a um banco. Argumentou que seus projetos tinham uma taxa de retorno excelente, e que a empresa estava buscando alternativas de financiamento, para não depender apenas de preços dos combustíveis. Não adiantou.

Ao chegar em casa naquela terça-feira, à noite, Alfeu Valença escreveu a carta de demissão, mas ainda tinha alguma esperança. No dia seguinte, telefonou pela manhã ao Ministro João Santana e perguntou se a proposta do Ministro Marclio era irredutível. Santana disse que o Presidente Fernando Collor aprovara o índice de Marclio e que nada além dos 30% seria autorizado.

— Então liga o teu fax, que vou mandar minha carta de demissão, disse Valença a Santana.

Dois diretores da Petrobrás pensaram em pedir demissão, também, mas foram demovidos por Alfeu Valença para evitar uma crise maior dentro da companhia. Apesar de o novo Presidente, Ernesto Weber, ser o quarto Presidente da companhia em 17 meses, a saída de diretores, junto com Alfeu, traria maiores traumas para o andamento da estatal.